

RESUMO EXECUTIVO da ATA

Aos dezessete dias de dezembro de 2008, às 09h, reuniram-se na sede da Secretaria de Meio Ambiente, situado à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, Auditório Augusto Ruschi, município de São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício de Convocatória – Plenária Extraordinária CBH-AT, nº 89/08 – Sec. Exec./CBH-AT. Clóvis Volpi, Presidente do Comitê do Alto Tietê abriu a reunião dando as boas vindas e concedeu a palavra à Mário César (Vice-presidente do Subcomitê Juquery-Cantareira) que trouxe ao conhecimento do Comitê do Alto Tietê a Deliberação do Subcomitê Juquery-Cantareira sobre a construção da praça de pedágio do km 66 da Rodovia Fernão Dias, e que trará prejuízos aos mananciais da subbacia, como por exemplo pelos desvios do pedágio em rotas de fuga por veículos com cargas perigosas, além do que a área se localiza a cerca de 400 m do canal do rio Juquery, bem próximo ao reservatório terminal do sistema Cantareira, que a área tem notória importância ambiental, e a obra é contrária ao plano diretor de Mairiporã e foram efetuados várias embargos por parte do Departamento de Obras da prefeitura municipal de Mairiporã, alertando inclusive que não foram feitas consultas ao município e nem aos órgãos estaduais de licenciamento, contrariando em especial a portaria CONAMA 237/97. A Deliberação evoca a necessidade prévia de apresentação das diretrizes para o licenciamento ambiental e a consequentemente licença ambiental, da apresentação de EIA-RIMA e do Estudo de Impacto de Vizinhança previsto em lei federal e no estatuto das cidades, requerendo no caso das dispensas pelos órgãos ambientais competentes as devidas justificativas e consequente envio às considerações do Ministério Público. Solicita a mudança da localização da praça de pedágio para o km 54,7 ou outro fora da área de proteção de mananciais, e foi encaminhada como forma de subsidiar os parâmetros a serem decididos no EIA-RIMA, e no Estudo de Impacto de Vizinhança. Em havendo a insistência no prosseguimento das obras requer pareceres técnicos frente aos impactos ao manancial Cantareira e resolução dos antigos passivos ambientais da rodovia Fernão Dias nos corpos hídricos do manancial. É encaminhada à Sabesp, ao DAEE, e a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Secretaria do Meio Ambiente, além de dar ciência ao Ministério Público Federal. Carlos Conde complementou dizendo que a praça de pedágio se localiza exatamente no coração da área de proteção, nas imediações do parque estadual Cantareira, do parque do Juquery, de área tombada pelo CONDEPHAAT, e também próximo a área de RPPM. Lembrou que o próprio documento da ANT-Agência Nacional de Transportes no edital da privatização previa a fuga de pedágios para as estradas secundárias em 9,5% de automóveis e 33% de veículos de carga. Demonstrou que nas rotas de fuga existe a recém criada Estrada Parque das Roseiras que atualmente já sofre os impactos na fauna e flora, com atropelamento de animais, acidentes automobilísticos, indo exatamente no sentido contrário de sua vocação de estrada de interesse turístico cercada pelas matas e mananciais que abastecem a represa. Disse também que em termos de gestão dos recursos hídricos o prejuízo também estaria na potencialização do assoreamento da represa além de evidentemente colocar em risco todo o sistema devido às cargas perigosas. Bonfílio Alves Ferreira (IPEH) enfatizou a necessidade de vigilância que o Subcomitê evocava pela sua

43 postura e posicionamento de proteção aos mananciais, salvaguardando o que o Governo do
44 Estado definiu como diretriz em sua política pública e solicitou a ratificação da Deliberação
45 do Subcomitê Juquery-Cantareira no sentido que as ponderações colocadas devem
46 necessariamente ser observada pelo empreendedor. Ressaltou que a CONAMA 237/97
47 obriga a realização de oitiva do município e que estavam trazendo a preocupação como
48 debatida em plenária do Subcomitê Juquery-Cantareira para que não houvesse omissão das
49 competências. **O Presidente encaminhou a proposta para análise da Câmara Técnica
50 de Planejamento e Gestão do Alto Tietê-CTPG.** Seguindo a pauta dos trabalhos, pelo item
51 Informes, Marcelo de Souza Minelli, Secretário Executivo do Comitê, destacou que
52 receberam ofício da Coordenadoria de Recursos Hídricos-CRHi, agradecendo a participação
53 no ano de 2008 e lembrando dos prazos estabelecidos pelo calendário : 31/12/2008 data
54 limite para encaminhamento do Plano da Bacia e relatório de situação aprovado pelo
55 Comitê; 31/12/08 data limite para atendendo à Deliberação CRH 90 pe envio da atualização
56 do cronograma de cobrança pelo uso da água; e em 31/03/2009 prazo limite para eleição
57 nos Comitês da nova direção e dos representantes dos municípios no CRH. **Na plenária de
58 janeiro deveriam formar uma Comissão Eleitoral segundo o estatuto acordado na
59 CTPG para as novas regras do cadastramento e recadastramento da Sociedade Civil
60 Organizada.** Pedro Roberto Jacobi (USP) apresentou os principais dados do Diagnóstico
61 Analítico do Comitê do Alto Tietê como parte integrante do Plano da Bacia. O Plano da
62 Bacia foi apresentado em plenária para todos os Subcomitês, contendo um diagnóstico
63 contemplando o Desenvolvimento Institucional, Desenvolvimento dos Órgãos e Entidades do
64 Comitê, Desenvolvimento da legislação e os instrumentos de gestão, Desenvolvimento
65 tecnológico e a capacitação dos recursos humanos, Comunicação social e educação
66 ambiental para uso racional e proteção dos recursos hídricos, Planejamento e gestão
67 divididos em vários subitens, desta forma totalizando um plano extremamente abrangente,
68 sendo que os dados foram disponibilizados aos membros do Comitê em formato de Cd,
69 contendo os dois volumes do Plano da Bacia. A Professora Mônica Porto (FUSP) lembrou
70 que o Plano da Bacia obedece a Deliberação CRH 90 que Dispõe sobre o conteúdo mínimo
71 dos Planos da Bacia, que o Plano também contém seu plano de ação, com o orçamento
72 global das necessidades de investimentos na bacia e que os trabalhos continuariam a partir
73 de janeiro para detalhamento das ações listadas, quando a equipe do Plano da Bacia
74 deveria voltar ao Comitê e aos Subcomitês. Marco Antônio Palermo (ABRH) complementou,
75 além do Plano da Bacia ser apresentado nos Subcomitês o GT-Plano e a CTPG fizeram
76 uma série de reuniões e debates que serviram de incorporação ao plano, sendo que a
77 CTPG emitiu um relatório de suas observações concluindo pelo encaminhamento à plenária
78 do Diagnóstico Analítico da Bacia para aprovação do Comitê. O Presidente colocou em
79 votação, **foi aprovado o Diagnóstico Analítico do Comitê do Alto Tietê. Foi Aprovada a
80 Ata da última reunião plenária do Comitê, ocorrida aos cinco dias de novembro de
81 2008, com as inclusões:** anexar o atestado de regularidade e aprovação de contas da
82 Agência da Bacia (FABH-AT) no exercício de 2006, um documento do Ministério Público,
83 conforme solicitado por Miron Rodrigues da Cunha (Associação Paulista dos Consultores
84 em Meio Ambiente); Bonfílio Alves solicitou que constasse em Ata para conhecimento de
85 todos, além de estar contido na Ata de inteiro teor, o debate da reunião anterior a respeito
86 dos limites de competência do Comitê e dos Subcomitês, conforme o registro taquigráfico,
87 como segue : “ ‘Nei Favela’ : Queria que o Secretário Executivo pedisse para que nossa

88 Coordenadora da Câmara técnica fizesse a colocação mais específica. Violeta Kubrusly : O
89 parecer do Subcomitê é de recomendação, não é parte do sistema formal de licenciamento,
90 no entanto dado a importância do colegiado na sua formação tripartite claro que deverá ser
91 considerado no licenciamento e não simplesmente ignorado e nesse sentido achamos que
92 tem que cumprir e precisamos dessa Deliberação para dar a seqüência formal mas esse
93 sistema não é parte do sistema formal licenciador, e então é importante ter a delegação e
94 trabalharmos harmoniosamente. Bonfílio Alves : Esse debate é relevante porque é
95 recorrente nas nossas plenárias e as competências e atribuições do próprio colegiado. Acho
96 que é natural que tenhamos ainda uma série de dúvidas com relação a essas competências
97 até porque demorou 12, 13 anos para chegarmos nesse momento, e é natural que a gente
98 precise de esclarecimento para algumas coisas e nessa mesma modelagem de sistema de
99 regulação, porque somos um colegiado regulador, ou seja editamos normas com respeito
100 aos recursos hídricos, que é uma competência especial, a Lei de meio ambiente é uma Lei
101 geral e a de recursos hídricos uma Lei especial e em se tratando de especial também temos
102 uma competência especial, de normatizar, quando um colegiado como o Comitê de bacia ou
103 Subcomitê que tem delegação é instado a tomar uma Deliberação, porque pode ser instado,
104 e é papel da Secretaria Executiva definir o que encaminha, se for para consulta ao colegiado
105 ou se encaminha na pauta para Deliberação, quando a matéria vem não em regime de
106 consulta, mas de Deliberação, cabe a esse colegiado com sua competência especial
107 normatizar e ao normatizar valida os operadores do sistema de licenciamento ambiental
108 porque o sistema de licenciamento é composto pela legislação que vincula toda ação do
109 operador e então dentro da estrutura legal está um órgão formulador de normas debaixo da
110 legislação ordinária que é o Comitê de bacia e o Subcomitê, e então em caráter deliberativo,
111 se provocado, ele vai balizar o licenciamento e vincular o licenciamento. Essa discussão
112 tratamos na plenária anterior e ficaram uma série de dúvidas, então é importante
113 enfatizarmos isso porque fica dirimida essa dúvida, que é tão recorrente em nossas
114 reuniões. Miron : Claro que o licenciador não é o Comitê, ocorre que a etimologia da palavra
115 Deliberar é resolver, se resolveu, espera que seja atendido. Se esse Comitê Deliberar,
116 Deliberou, os órgãos ambientais tem que considerar assim para dar o licenciamento, e pode
117 ser até obstado no futuro por aquelas demandas de controle. Secretária : Estávamos
118 conversando o seguinte, quando vem para nós, como vai para o Subcomitê, a Lei diz para a
119 manifestação... Miron : " Não é o caso", ele é Deliberativo. Secretária : Não, no caso
120 concordo com o Bonfílio, não pode estar em termos de Deliberação, é manifestação, uma
121 manifestação técnica. Mas nosso papel realmente é que somos ouvidos, é uma
122 manifestação, não consta na Lei com Deliberação. Miron : Então tem que tirar a palavra
123 Deliberar. -. Está como manifestação na Lei. Miron : Mas a delegação é Deliberativa. Amauri
124 : Só queria lembrar que esse texto é exatamente o que consta na Lei. (Debates - falas ao
125 mesmo tempo) -. A Deliberação é que delega a manifestação ao Subcomitê. Vice-presidente
126 : Só um comentário. Evidentemente estamos entrando em uma série de discussões técnicas
127 e jurídicas, normas, etc, e isso é uma coisa realmente complexa que não sei se cabe
128 exatamente discutimos nesse nível de detalhado, o Dr. Bonfílio e Miron colocaram, também
129 os outros colegas, tem argumentos que para nós que somos leigos no assunto e
130 aparentemente são muito consistentes e essa é uma questão que deve ser analisada dentro
131 do fórum específico, já ouvi muitas discussões aqui, inclusive com respeito à Agência
132 Reguladora, que tem normas legais que devem ser obedecidas, etc, etc, é uma questão que

133 realmente se discute em todo contexto e acredito que as opiniões estão bem consignadas
134 nesse contexto e, podem ser registrado em qualquer outra manifestação. Secretária :
135 Complementando, o que você está colocando, Bonfílio, foi levado para a Câmara Técnica de
136 Planejamento que manteve essa interpretação, eles consultaram, verificaram, foi levado em
137 consideração e realmente não tem como alterar o texto da Lei, nós poderemos acho, não
138 sei, gostaria da avaliação de vocês todos, até fazer uma reivindicação se altera alguma
139 coisa, amanhã, mas em relação a hoje, o que precisamos realmente aprovar é isso, porque
140 o que está acontecendo? Na região do Guarapiranga temos vários processos parados na
141 casa onde o DUSM não pode se manifestar e a região está estagnada, por culpa,
142 exclusivamente hoje, nossa, entendeu? Porque existem essas dúvidas, então acho Bonfílio,
143 que isso é uma coisa que talvez temos que ter uma discussão em outro nível, não aqui
144 dentro, mas voltando para a Câmara Técnica gostaria que a Coordenadora se manifestasse,
145 que isso fosse levado em consideração. Bonfílio : Você tinha eliminado a polêmica mas
146 retomou, então quero voltar a dizer que realmente é um tema não resolvido. Quando alguém
147 é instado a dizer alguma coisa, ou a se manifestar, no nosso caso, isso não está dizendo
148 Maria Emília, que nossa competência não é Deliberativa, o que cabe no caso é a Secretaria
149 Executiva do Subcomitê, instruir, devidamente orientada pela sua Câmara Técnica ou pelo
150 Grupo Técnico de compensação, encaminhar a matéria, devidamente instruída, e se vai ao
151 plenário a consulta, ou a Deliberação, é muito simples isso, está resolvido, a palavra
152 manifestar não quer dizer que não temos competência para regular, para Deliberar e de
153 portanto normatizar, essa é a nossa competência, aliás é competência dos Comitês de
154 Bacia desde o século XVII na Espanha, para solucionar conflitos, não é para delegar a quem
155 não foi escolhido pelo voto, não temos representantes da Fiesp, Agricultores e
156 Consumidores no órgão operador do licenciamento, é aqui que tem, é aqui que decide.
157 Secretária : Um aparte. O que eu tentei falar é o seguinte, o que estamos Deliberando é a
158 competência da manifestação do Subcomitê, é essa manifestação que hoje estamos
159 discutindo. Sobre a segunda parte concordo com você, concordo, mas hoje estamos
160 delegando ao Subcomitê isso. 'Nei Favela' : Questão de ordem. Quero colocar uma coisa
161 importante. Nós estamos aqui, o assunto já foi para CTPG, estamos aqui hoje para uma
162 Deliberação que não vai acontecer, porque não há quórum, para que a gente possa atuar
163 como órgão colegiado na gestão do APRM-Guarapiranga, é isso. Dr. Bonfílio, tem todos os
164 detalhes, etc e tal, só como encaminhamento, porque as instruções da CTPG já foram
165 dadas. Vice-presidente: Para procurar contemplar essas questões, no meu modesto
166 entendimento, a palavra manifestação é no geral, então manifestação pode ser contrário, a
167 favor, pode ser o que quiser, a manifestação resolve, está certo? Acho que é a melhor
168 palavra até nesse sentido, é o sentido dela... Bonfílio : Dentro da nossa competência, estou
169 só esclarecendo o que você está dizendo. Vice-presidente : Então acho que as
170 considerações de todos estariam contempladas dentro desse contexto, é só uma questão de
171 como proceder na manifestação, terá em um ato próprio para cada manifestação, e aquela
172 manifestação vai ser estabelecida. 'Nei Favela' : Gostaria de garantir a continuidade da
173 apresentação do Secretário Executivo."

174 Seguindo a pauta, foi discutido a Deliberação que dispõe sobre a natureza das demandas
175 da aprovação dos critérios de pontuação e hierarquização dos empreendimentos a serem
176 financiados com os recursos do FEHIDRO, destinados ao CBH-AT para o exercício de 2009,

177 houve amplos debates, destacando em síntese : Nelson Pedroso (AGDS) solicitou o
178 adiamento da discussão para janeiro para o segmento poder se reorganizar novamente, e
179 de forma mais qualificada discutir o teor da proposta. Pedro Jacobi, em nome da CTPG
180 disse “nos reunimos durante mais de 6h, trabalhou conjuntamente, de maneira tripartite,
181 discutimos cada ponto dessa minuta de Deliberação, foi pactuado com esse grupo, de uma
182 forma extremamente tranquila, transparente, trazendo todos os contraditórios à baila, tem
183 várias pessoas aqui presentes que podem ratificar ou fazer algum questionamento, mas eu
184 me sinto quase que desrespeitado como CTPG por esse tipo de posicionamento. Ou seja,
185 para que serve então a CTPG, que teve a participação dos diferentes segmentos
186 trabalhando em clima de absoluta tranquilidade, onde foram colocados todos os
187 questionamentos, absolutamente todos.” Sandra (Prefeitura municipal de Santo André)
188 solicitou que constasse, “a minha declaração foi apenas com relação à representação
189 pessoal no Conselho Fiscal da FABH-AT, porque fui designada na última reunião aqui, e eu
190 apenas estava dizendo que passei meus dados, para constar em Ata mas que muito
191 provavelmente logo que se dê a primeira reunião terá que ser solicitado à Santo André o
192 nome do representante na próxima reunião.” Bonfílio disse que a matéria era legal e não de
193 mérito, não poderiam abrir precedentes visto que não era devidamente justificado, para o
194 não cumprimento dos prazos de envio de documentos para análise dos Conselheiros,
195 conforme estabelece o estatuto do Comitê. O Secretário disse “gostaria de destacar que a
196 estrutura dos grupos de trabalho respeita a participação do estado, municípios e Sociedade
197 Civil Organizada, que todas as reuniões de trabalho foram conduzidas obedecendo as
198 regras de estatuto, inclusive de representatividade...” Valentina Denizo (CDHU) disse que o
199 conteúdo da Deliberação foi extensamente discutido na CTPG, “ Só queria lembrar que não
200 foi objeto de uma reunião da Câmara Técnica mas da consolidação nessa reunião de um
201 trabalho de pelo menos um ano de um GT.” Após os debates, **em votação, por dezessete**
202 **votos, as considerações sobre a Deliberação que dispõe sobre a natureza das**
203 **demandas da aprovação dos critérios de pontuação e hierarquização dos**
204 **empreendimentos a serem financiados com os recursos do FEHIDRO, destinados ao**
205 **CBH-AT para o exercício de 2009, foi adiada para a próxima plenária, que foi**
206 **anunciada para o dia 12/01/2009.** A plenária entrou em debates sobre se o tema deveria
207 antes ser remetido aos Subcomitês, destacamos algumas colocações : Amauri Polachi
208 (Secretaria de Saneamento e Energia) disse que com a apresentação nos Subcomitês
209 poderiam ficar prejudicados com relação à possibilidade de apresentação dos projetos
210 FEHIDRO no prazo estipulado, houve a participação dos membros representantes de cada
211 Subcomitê. O Presidente considerou, o segmento Sociedade Civil Organizada seria o maior
212 prejudicado em caso da perda do prazo para a apresentação dos projetos. Maria del
213 Carmen Adsuara (P.M de Santana do Parnaíba) disse, “Quero falar em nome de meu
214 Subcomitê, fomos consultados, temos um Secretário Executivo muito eficiente que é o
215 Carlos, e tivemos reunião essa semana e todo mundo está de acordo. O meu Comitê já foi
216 ouvido e não precisa ser novamente ouvido.” Néelson disse que notou, na breve leitura do
217 documento, que as mesmas propostas foram discutidas no Subcomitê no ano anterior dando
218 a impressão de que realmente não houve a discussão e não havia mais justificativas para
219 não dar ouvidos aos Subcomitês. O Presidente disse, “Queria que constasse em Ata o
220 seguinte, que dessa discussão marcaríamos uma nova reunião para deliberarmos o que
221 está aqui e nessa reunião a mesa aceitaria propostas para modificação cuja plenário

222 decidiria ou não a mudança das propostas existentes.” Bonfílio solicitou que deveria ser
223 aberto o convite para todo o cadastro de todos os Subcomitês, para que as ponderações
224 pudessem vir à plenário. O Presidente propôs “marcamos na próxima segunda-feira após o
225 dia 10, qualquer um que tiver propostas para a modificação, o que votamos? A alteração.
226 Faz a reunião dia 12 e já marcamos para definir isso. Está boa essa proposta?” Osvaldo
227 Vieira (Secretário Executivo do Subcomitê Juquery-Cantareira) propôs que fosse
228 encaminhado aos Secretários Executivos dos Subcomitês para re-encaminhar ao colegiado,
229 enviando suas sugestões, pois haveria dificuldade de quórum no período de janeiro para
230 uma reunião no Subcomitê, “Também queria dizer que nosso Subcomitê é participante, sou
231 atuante no Subcomitê, e colaborou bastante na elaboração dessas propostas para os
232 critérios, e ficou faltando apenas uma solicitação, que é do Bonfílio e acredito que deve ser
233 da Sociedade Civil, a questão da educação ambiental, acho que essas coisas nem
234 precisamos encaminhar muito, acho que encaminhar qual é a questão aqui hoje da
235 educação ambiental que é o que eles pretendem na demanda induzida.” Bonfílio solicitou
236 que constasse “...é evidente que não foram consultadas as plenárias do Subcomitê, isso é
237 um fato. (...) Quero deixar registrado em Ata, porque talvez como bem disse nosso
238 Secretário Executivo, o Osvaldo, é difícil dar quorum em janeiro, por isso vamos aceitar esse
239 precedente, esse precedente de não ouvir o Subcomitê, porque janeiro é um mês difícil,
240 vamos admitir, mas eu pediria pelo Subcomitê, que uma matéria muito cara e tão
241 importante, para que este plenário não fique tão esvaziado como está, para que não
242 continuamos sonhando que estamos fazendo gestão de recursos hídricos quando na
243 verdade estamos nos enganando, insisto que o tema Comunicação e Educação Ambiental
244 deve continuar sendo prioridade como sempre foi do Comitê, no Subcomitê Juquery-
245 Cantareira, e tivemos um fato absurdo, nesse ano acompanhei todas as reuniões de
246 Câmara Técnica ,da CTPG geral aqui, que fechou os critérios, colocamos geral, para toda a
247 bacia do Alto Tietê o tema de Educação Ambiental e Comunicação Social, e quando
248 apresentamos um projeto no Subcomitê, a Câmara Técnica disse que " Ah! A regra é geral
249 mas o particular não vale ", então projeto de educação ambiental para o Juquery-Cantareira
250 não foi previsto, educação ambiental, então está previsto para toda a bacia, mas aqui a
251 filosofia clássica não é aplicada, o que vale para o geral não vale para o particular e eu tive
252 que ouvir esse absurdo, então insisto que essa matéria seja respeitada porque nosso
253 Subcomitê tem história de trabalho na educação ambiental, junto com a Secretaria de
254 Estado da Educação foram desenvolvidos trabalhos pioneiros e queremos insistir e
255 continuar aprofundando essa linha de trabalho que fez o Subcomitê Juquery-Cantareira
256 pioneiro em várias matérias, somos o Subcomitê que está na frente do monitoramento das
257 águas do rio, que pediu recursos para fazer o plano de saneamento dos cinco municípios e
258 é o IPT que vai fazer, então esse pioneirismo é gerado em razão da educação ambiental,
259 que tem gerado massa crítica e a possibilidade de qualificação dos setores, então me
260 desculpe, não quero mais ouvir esse tipo de insinuação absurda.” **O Presidente comunicou**
261 **então o calendário para janeiro, dia 06 envio de propostas às Secretarias Executivas,**
262 **dia 08 distribuição das propostas, e dia 12 decisão no plenário por voto.** Pelo item
263 apresentação do programa REAGUA pela Secretaria de Saneamento e Energia, o
264 Secretário Adjunto Ricardo Toledo e a Coordenadora de Saneamento Mariza Guimarães
265 comunicaram que o programa visa a recuperação das águas paulistas, que o edital está
266 disponível no site da Secretaria, e na sua primeira fase de inscrição tem prazo de

267 apresentação de propostas até 31/ 01/2009. Fundamentalmente consiste no apoio do
268 estado aos projetos de melhoria da disponibilidade de água para uso do abastecimento
269 público. O programa é subdividido em dois grandes componentes, a gestão de demandas de
270 água apoiando basicamente ações de controle de perda, uso racional e ações de reuso de
271 água. Um segundo componente voltado para a recuperação da qualidade e intervenções no
272 sistema da rede de esgoto, podendo ser com a utilização dos sistemas existentes ou de
273 novos sistemas, e recuperação de córregos. O programa vai apoiar os prestadores de
274 serviço na forma de autarquias e empresas municipais ou estaduais de saneamento e
275 empresas de economia mista como no caso da Sabesp. Solicitaram a colaboração de todos
276 para divulgação. Sendo aberto para esclarecimentos e comentários houve ampla
277 participação da plenária, cujo inteiro teor encontra-se na Ata Integral, citamos por exemplo :
278 Bonfílio, que primeiramente parabenizou a iniciativa da Secretaria de Saneamento e
279 Energia, considerando que era importantíssimo para a efetividade do programa envolver os
280 vários atores da cadeia do processo de uso racional da água, recuperação das águas,
281 recuperação das áreas degradadas e aumento da produção da água, e solicitou levar o
282 debate para os Subcomitês e o Comitê, dizendo “inclusive para que não haja ao longo dos
283 anos na implementação dos programas um conflito entre o que deliberamos aqui como
284 prioridade e o que tem como prioridade esse programa em seus detalhamentos. Outra
285 ponderação, com respeito a vinculação da oitava da companhia de saneamento, o município
286 tem autonomia e deve respeitar o constante no contrato e nos contratos obviamente o
287 respeito a essa autonomia do município deve ser preservada, são duas figuras na execução
288 desse programa, uma é a sociedade civil, será que a Sociedade Civil foi considerada no seu
289 papel executivo também para contribuir nos programas que aqui estão? Há possibilidade da
290 Sociedade Civil apresentar demandas e também de participar com seu papel de
291 cooperação na execução desse programa? No caso dos municípios há o papel dos
292 Consórcios e pelo que vi aqui não está sendo observada essa possibilidade dos Consórcios
293 serem propositores...” Marco Palermo, agradeceu pela apresentação da Secretaria de
294 Saneamento e Energia, e pediu esclarecimento sobre os requisitos básicos para os
295 municípios participarem. Mariza Guimarães respondeu que o programa contempla na
296 primeira etapa o critério de escassez hídrica, sendo eleitos cinco UGRHIs, a 5, 6, 8, 9 e 10,
297 e como a captação de recursos é junto ao Banco Mundial de comum acordo para a maior
298 efetividade da aplicação dos recursos estabeleceram como linha de corte que os recursos
299 fossem aplicados em entidades jurídicas organizadas como autarquias, empresas públicas
300 municipal, ou sociedade de economia mista. “Na verdade a aplicação do recurso é no
301 município, sobre o veto da organização por Consórcio a gente pode até observar mas a
302 porta de entrada é o prestador de serviço mesmo, podemos analisar casos específicos.” O
303 Presidente solicitou uma palestra específica com os prefeitos e seus Secretários de Meio
304 Ambiente e disse que com certeza iriam divulgar o programa. Foi colocado em discussão a
305 Deliberação dispoendo a aprovação do relatório de situação do CBH-AT 2008. Laura Stela
306 Perez (CRHi) esclareceu que a metodologia estabelecida foi acordada e os Subcomitês
307 fizeram seu relatório de situação, este foi consolidado no relatório da bacia do Alto Tietê e
308 havia o prazo de até 31 de dezembro para aprovação pelo Comitê. **Em votação a**
309 **Deliberação Aprovação do Relatório de Situação do CBH-AT 2008, foi aprovado por**
310 **unanimidade.** O Secretário colocou em discussão o item Aprovação da Atualização do
311 Cronograma de Cobrança pelo uso da água. Explicou que em função da Deliberação CRH

312 90, necessitavam da atualização até o prazo de 31 de dezembro de 2008. A atualização
313 ficou a cargo do GT Cobrança e disse, “Tivemos inclusive uma conversa também com o
314 Vanzo da Fundação para ver se conseguimos antecipar esse cronograma, porque tem uma
315 data limite de 10/06/08 e fizemos uma discussão breve para ver se conseguimos juntar os
316 esforços da Cetesb, DAEE, Fundação e os integrantes do Subcomitê para ver se
317 conseguimos cumprir essa data para iniciar a cobrança ainda ao final de 2009, o que
318 demanda a necessidade dos atores do CRH, e foi chamado e também discutimos essa
319 possibilidade, que nesse caso precisaríamos de uma Deliberação extraordinária e a data é
320 em agosto e teríamos que antecipá-la para a primeira quinzena de julho, permitindo que o
321 Comitê de Bacia, em cumprindo esse cronograma, consiga de fato iniciar a cobrança em
322 2009.” O Presidente disse que em não acontecendo seria praticamente um auto prejuízo a
323 todo o sistema e nas tratativas chegaram a proposta com a data limite de 10/06,
324 possibilitando a emissão dos boletos ainda em 2009, e havendo eventuais discussão com
325 alguns usuários, deveriam buscar um entendimento administrativo, e político, reiterando
326 porém que deveria ser aprovado até 31 de dezembro. Edmundo apoiou, mas lembrou que
327 estavam bastante atrasados, conforme a Deliberação 08/06 do Comitê no Artigo 3º. Dizendo
328 que o cronograma final dos trabalhos seria feito em março de 2007, e solicitou que os
329 órgãos públicos e órgãos consultivos deveriam entregar suas informações. Disse Miron,
330 “Primeiro vou informar o meu amigo Edmundo que não foi Ad Referendum a decisão do
331 Conselho de estado, foi em uma sessão plenária. A agilidade de Sorocaba é louvável,
332 porque talvez tenha forças menos anacrônicas do que as que tem aqui nessa bacia. Não há
333 razão técnica nenhuma para que cobrança seja autorizada a partir de hoje aqui por parte do
334 Comitê para começar no dia 01 de janeiro. Existem historicamente os cadastros do DAEE,
335 da Cetesb, cadastro que diz a lei que tem que fazer uma pesquisa e formar um cadastro
336 novo, isso é conversa fiada, porque nenhum cadastro dessa natureza é preciso agora e nem
337 no futuro. As organizações outorgadas desaparecem, não avisam, tem novos que não
338 avisam, tem os clandestinos, e tem tudo, se ficar esperando o aperfeiçoamento de seus
339 cadastros a cobrança é Ad Eternum porque quem estudou um pouco de estatística sabe que
340 a ciência estatística é relativa, não é exata, através da curva de Gauss é que você faz a
341 aproximação dos dados, então essa conversa fiada, que vem há cinco anos, não é nada
342 mais do que para defender os interesses do estado, em conluio com as forças econômicas,
343 que não querem ceder os cadastros e nem firmar o convênio que têm de firmar entre a
344 Cetesb, a Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Então são coisas
345 esquisitas que ocorrem. Não há necessidade, os cadastros inclusive estão na Internet, você
346 pode acessar o cadastro do DAEE. Se ele é real para o DAEE, porque não é para a
347 cobrança? Aí vem o argumento de que precisava fazer a revisão do plano da bacia, quando
348 não é obrigação da revisão para se iniciar a cobrança. Agora tem até a revisão. Qual é o
349 problema? Quero que me digam, quem souber. Qual é o problema de começar a cobrança?
350 Publicar o edital? É só pagar o jornal. Quatro anos empurrando com a barriga em função
351 das forças, repetindo, anacrônicas, de interesses poderosos das forças econômicas, aí vem
352 um projeto maravilhoso desses do governo que intrinsecamente compreende a cobrança
353 sobre o controle do lançador do efluente, sobre o consumidor d'água, sobre aquele que
354 reusa, então isso um absurdo, há dois anos atrás apresentamos uma Deliberação aqui para
355 começar a cobrança e aí essas forças, que não vou ser repetitivo, interferiram, e agora vem
356 a mesma conversa fiada, lá no CRH foi a mesma coisa no prazo de agosto. 2010 é pouco,

357 ou 2020 também é pouco. Pelo conhecimento que eu tenho da administração isso é um
358 absurdo, isso implica no tal custo Brasil, no desenvolvimento social, no IDH, no
359 desenvolvimento humano, na saúde pública, porque esse dinheiro é necessário. Esse
360 cronograma que está aqui Sr. Presidente, foi feito há mais ou menos quatro anos atrás, ele
361 vem nos dando detalhes, porque tem que acompanhar o que a lei manda, o coeficiente para
362 o cálculo já está pronto, é da lei, é só colocar preço, o Sorocaba veio com um preço mais
363 alto do que o Piracicaba, em poucos meses, colocaram um professor, da Luiz de Queiroz,
364 como Presidente da Agência e resolveram aquilo lá, e não deram nem muita satisfação aqui
365 para o sistema, chegaram com tudo pronto já, inspirado no Piracicaba, Ceivap, não sei
366 onde. Tenho impressão que a sociedade aqui no topo aqui da cabeceira, deve ser de uma
367 incompetência absurda, não é? Absurda. Devemos ser todos analfabetos. Quando você tem
368 um escopo para o cálculo matemático é só você encontrar a equação, o escopo está pronto
369 na lei da cobrança, as condições, os planos de bacia, estão todos aí, então quem falar para
370 mim que vai cobrar daqui a não sei quanto tempo, eu não sou de me desiludir não, faz
371 muitos anos que estou no sistema, nunca vi tamanha incompetência, tamanha
372 incompetência. Na época que fui Presidente da Agência foram dois anos de luta, é um
373 absurdo de autoritarismo que está em cima do sistema, se bem que acho até que vão
374 acabar com a gente, com essa lei nova aí, porque o sistema é tão autoritário que não
375 consegue conviver com o sistema tripartite onde está a sociedade civil.” O Secretário
376 considerou “se houveram cronogramas, planos de trabalho, e equipes trabalhando, (...) todos participaram desse processo, devem entender com propriedade porque não foi possível atingir os objetivos já que todos tinham a oportunidade de se manifestar e por isso que a representação é tripartite, aqui na plenária e nos seus Subcomitês.” e havia necessidade de cumprir os ritos legais como o prazo até 31 de dezembro de 2008 para a atualização do cronograma de implementação conforme proposta apresentada. O Presidente reiterou que os prazos foram reduzidos para 10/06/2009 para ser encaminhado ao CRH, e que a partir da aprovação era necessário o Decreto do Governador para efetivar a cobrança. Após as considerações **a plenária votou e aprovou a Revisão dos Prazos para a Atualização do Cronograma de Cobrança pelo uso da água, sob aplausos.** Na finalização dos trabalhos, tendo sido cumprida a pauta o Presidente lembrou a todos para comparecerem à plenária de 12 de janeiro e encerrou a reunião desejando a todos um feliz Natal e um bom Ano Novo. Eu, Maria Emília Botelho, como Secretária Executiva-Adjunta, coordenei a elaboração da presente Ata, que está em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião.